

DESAFIOS DA EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR: A “FACE LESTE” DA USP

Graziela Perosa, Gislene Aparecida dos Santos e Luiz Menna-Barreto
Professores da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP

Daniel Garcia



Pretendemos contribuir para o necessário debate das inovações contidas no Projeto USP Leste, cinco anos após o início do funcionamento da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH). Analisaremos três eixos fundadores da nova unidade, todos apontando para inovações nos modos de atuar da universidade em suas relações com a sociedade, ações pedagógicas e forma de organização: a democratização relativa do ensino, a extensão não assistencialista baseada no diálogo cultural com a população do entorno e a estruturação acadêmica sem departamentos

1. Democratização relativa: a propósito da USP Leste

Quando falamos em democratização do ensino estamos fazendo referência a duas questões centrais¹: 1) o fenômeno histórico de difusão da instrução, lento, mas real e progressivo, ao longo de todo o século XX no Brasil e 2) um projeto mais amplo de redução das desigualdades de aproveitamento do sistema de ensino, tomando-o como necessário para uma sociedade mais igualitária.

Neste texto pretende-se examinar de perto os obstáculos à democratização, no sentido pleno da palavra, à luz do caso da Escola de Artes, Ciências e Humanidades, a EACH, mais conhecida como USP Leste. Democratização relativa é uma expressão que utilizamos aqui para interrogar as raízes das lutas e das tensões simbólicas que ocorrem para o êxito de um projeto concreto de expansão do ensino superior público.

Em maio de 2002, o Reitor da USP constituiu um Grupo de Trabalho incumbido de avaliar a possibilidade e a conveniência da implantação de um novo campus na cidade de São Paulo. Como idéia inicial, optou-se pela Zona Leste (ZL), região de 4 milhões de habitantes, cuja necessidade desse tipo de serviço público especializado é por demais conhecida, tanto é que há um forte movimento das suas comunidades que se organizaram para debater e discutir as questões da educação pública em geral. Após um intenso trabalho, envolvendo discussões entre a própria Universidade e as organizações comunitárias da ZL, obteve-se um

“A resistência de conselhos profissionais a credenciar os formados em Obstetrícia e Gerontologia é lida como prova da inadequação dos cursos. Automatismo intelectual que nos dispensa de interrogar os complexos processos de regulação ocupacional, monopolizados pelos conselhos”

relatório final desse GT, que recomendou enfaticamente a concretização do projeto de criação de um novo espaço universitário naquela região, destacando que representaria uma rara oportunidade para a USP ampliar o acesso da população à sua reconhecida excelência seja no ensino e na pesquisa, seja nas atividades de extensão.

A implantação da USP Leste, em fevereiro de 2005, esteve associada ao interesse do então governador do estado, Geraldo Alckmin (2001-2006). Em período de crescente expansão das universidades públicas federais, o governo estadual instalou a nova unidade, no início de 2005, abrindo dez novos cursos de graduação, com cerca de mil matrículas a cada ano. Hoje a escola possui 4.800 alunos, 240 professores doutores e 140 funcionários.

A partir de um estudo realizado pelo Conselho de Reitores (Cruesp) sobre as possibilidades de expansão do ensino superior público paulista, formou-se um grupo de trabalho composto por professores da universidade e lideranças dos movimentos sociais mais organizados da ZL que, face ao interesse do poder público estadual, decidiram instalar

a nova unidade em amplo terreno na região de Ermelino Matarazzo, às margens da Rodovia Ayrton Senna — hoje servida por uma estação de trem, que, em 20 minutos, leva seus passageiros à estação Brás do Metrô.

A instalação de uma universidade pública na ZL era reivindicação antiga de movimentos sociais dessa região (vide *Revista Adusp* 31, 2003). Talvez porque, para as regiões mais pobres da cidade, os cursos técnicos eram percebidos como mais pertinentes do que aqueles que dariam acesso às profissões liberais. Trata-se de uma modalidade de democratização que reserva aos mais pobres os cursos socialmente menos valorizados; e aos grupos de mais alta renda as carreiras mais prestigiadas. Tal modalidade possui como efeito a tendência de preservar as distâncias entre os grupos sociais e crescer a ela uma justificação propriamente escolar da posição na estrutura social.

É importante notar que as subdivisões internas aos sistemas de ensino (entre elas a divisão cursos clássicos x cursos técnicos) são datadas de meados do século XIX na Europa e onipresentes no Brasil ao longo do século XX. Nos

sistemas de ensino secundário europeu, essa subdivisão interna entre uma escola para o povo e uma escola para a elite é datada do século XIX e se materializava em torno de alguns aspectos: a origem social dos alunos de cada carreira, as modalidades de programas de ensino (aprendizagem de línguas x aprendizagens manuais), a duração dos cursos (mais longos x mais rápidos) e o destino social de seus egressos: em geral, os ex-alunos das fileiras mais valorizadas do sistema de ensino tornavam-se profissionais liberais, enquanto os demais possuíam como horizonte as ocupações ditas manuais.

Em São Paulo não foi muito diferente. Durante décadas, eram os cursos técnicos, de nível secundário, voltados para a aprendizagem rápida de um ofício, que se instalavam na porção leste da capital paulista. Vale lembrar: a difusão da educação na cidade se deu, desde as primeiras décadas do século XX, na forma de um acirrado mercado escolar, marcado pela comercialização do acesso aos bancos escolares. Daí por que a instalação da EACH na ZL pode ser considerada uma etapa importante para alcançar uma democratização do acesso ao ensino superior público paulista.

A julgar pelas considerações recentes emitidas pela imprensa e por alguns acadêmicos da universidade, os parâmetros para julgar a nova unidade são uma herança do século XIX que estruturam a maneira de ver e de julgar a expansão do ensino superior paulista e, de maneira especial, a USP Leste. A instalação em região mais pobre da cidade e a abertura



Expansão da USP comporta desafios: como democratizar o ensino?

de cursos novos foram condições suficientes para que se reproduzisse a velha percepção de que se trata de “cursos técnicos” e para que se seguisse uma espécie de hierarquização simbólica interna ao sistema de ensino superior. Ainda que o ingresso seja realizado por exame unificado da

universidade; que os cursos tenham duração de quatro anos; que o corpo docente seja doutor e igualmente obrigado à produção de pesquisa, submetido às mesmas regras que regem a universidade como um todo, e, em grande número, formado pela própria USP.

Esta hierarquização simbólica, produzida pelo “senso comum erudito”, expressão do sociólogo Pierre Bourdieu, enraíza-se em outras formas de desigualdade que caracterizam a cidade, entre elas e com especial peso nas desigualdades espaciais/territoriais, sociais e de renda que caracterizam a cidade de São Paulo. Tudo se passa como se o valor de uma escola estivesse assentado nestas propriedades sociais e não no que ela efetivamente produz ou terá condições de produzir em seus alunos e no seu entorno.

Em um país como o Brasil, conhecido pelas altas taxas de cesarianas, o renascimento da profissão de obstetrix parece fazer todo o sentido. Da mesma maneira, é de se esperar que todo país cuja população envelhece invista na formação de profissionais habilitados para o cuidado dessa população. No entanto, como explicar que, diante da resistência de conselhos profissionais a credenciarem os ex-alunos dos cursos de Obstetrícia e de Gerontologia, o “senso comum erudito” mobilize aquela percepção baseada na observação dos sistemas de ensino de nossos antepassados? É reveladora dessa apreensão a maneira pela qual a negativa de alguns conselhos em ceder o registro profissional é lida como a prova da inadequação dos cursos. Trata-se de um automatismo intelectual que nos dispensa de interrogar os complexos processos de regulação ocupacional, monopolizados pelos conselhos profissionais, que possuem interesses corporativos na restrição do exercício profissional. Será que o exercício da arquitetura contou com o ime-

“O ingresso dos alunos na EACH mantém as antigas segregações: a licenciatura e as profissões ligadas ao cuidado do outro são ocupadas pelos mais pobres e pelas meninas. Segregações ligadas à origem social e ao sexo dos alunos, ainda presentes no século XXI”

diato reconhecimento dos conselhos de engenharia? Como assegurar que eles teriam também a competência para assinar obras? Os exemplos poderiam se multiplicar.

É sintomático dessa apreensão da questão — baseada nas antigas divisões do sistema de ensino e nas propriedades sociais de uma escola — que não se dê destaque, quando se fala da USP Leste, a cursos que podem dar acesso às mais altas esferas da burocracia estatal, como o curso de Gestão de Políticas Públicas. Ou aos cursos de Marketing e Moda e Têxtil, pois a industrialização e a sofisticação das trocas comerciais internacionais absorvem profissionais com estas credenciais. Insiste-se em classificá-los como cursos técnicos, uma imposição da desvalorização simbólica de tais credenciais educacionais. Esquecemos das lutas travadas em torno das regulações de cada exercício profissional? Chamar os cursos da USP Leste de “técnicos” deriva desse julgamento do sistema de ensino, cujo objetivo final é manter sem questionamento o fundamento da hierarquia simbólica dos diplomas de ensino superior.

Como evidenciam dados disponibilizados pela Fuvest, o ingresso dos alunos na EACH mantém as

antigas segregações que caracterizam o ingresso nos demais *campi* da universidade. Nenhuma surpresa: a licenciatura e as profissões ligadas ao cuidado do outro são ocupadas pelos mais pobres e pelas meninas, caso dos cursos de Obstetrícia, Gerontologia, Licenciatura em Ciências da Natureza. Por outro lado, Lazer e Turismo, Gestão Ambiental e Marketing possuem uma incidência maior de alunos de classe média e média alta. Segregações ligadas à origem social e ao sexo dos alunos, herdadas do passado e que atravessam, ainda no século XXI, boa parte dos cursos da universidade, mesmo se considerarmos o recente ingresso das meninas em nichos tradicionalmente masculinos, voltados para formar a elite dirigente do país: Medicina, Direito e as engenharias.

Vale sublinhar: como o ingresso na USP Leste é feito pela Fuvest não são os alunos residentes na ZL que compõem a maioria do alunado. A proximidade geográfica pode apenas favorecer que estudantes residentes nessa região da cidade possam incluir em seus planos o ingresso na USP, o que não é pouco. Entretanto, o que garante ou não o acesso é a aprovação no vestibular, no qual eles concorrem



Parte dos cursos da USP ainda mantém “antigas segregações” de gênero e de origem social

com o conjunto de alunos do estado que procuram a nova unidade.

Ao chegar, o aluno da EACH faz o seu Ciclo Básico, um conjunto de disciplinas gerais, de estudos diversificados e de resolução de problemas, sob a orientação de um grupo de docentes de múltiplas origens disciplinares. Biólogos, físicos, matemáticos interagem, a partir de temas comuns, com geógrafos, historiadores, filósofos, psicólogos, economistas e inúmeras outras formações profissionais. Juntos, embora de maneira ainda muito dispersa, um conjunto heterogêneo de docentes e de alunos procura “soluções” possíveis para os problemas de pesquisa elaborados nessa interlocução. Os resultados são

expostos e os alunos argüidos por uma banca composta por professores das mais diversas tradições disciplinares. Desse encontro têm surgido lentamente os primeiros projetos interdisciplinares de fôlego.

2. Extensão universitária não assistencialista

Outro fator que deve ser destacado nas reflexões sobre a instauração da EACH se associa às expectativas da própria população do entorno em relação à universidade, considerando, como já foi dito, que sua implantação se deveu à demanda dos movimentos sociais da ZL para que se rompesse com uma série de segregações. Mas isto

não é tudo. Também era almejado, de certa forma, o empoderamento dos próprios movimentos sociais por meio de uma desejada parceria com uma universidade avaliada como uma das melhores do país e das Américas.

As expectativas da população local e o desejo de muitos docentes de interagir com a população local fizeram surgir propostas e mais propostas de ações por parte daqueles que se dedicaram a conhecer, mais de perto, os enormes problemas que atingem esta área da cidade. A população, por sua vez, esperava e espera da EACH, ao reconhecê-la como resultado da ação coletiva dos grupos locais, que ela interfira

“Incorporar ao cânone cultural conteúdos das diferentes culturas e questionar o caráter da produção do conhecimento desenvolvido a partir de um único padrão cultural seria o ponto de partida para um diálogo com um entorno marcado pela diversidade de culturas”

e compartilhe os problemas vividos por eles, propondo soluções e se oferecendo como parceira em uma série de ações que desejam e necessitam realizar. Este ambiente é propício para o surgimento de conflitos simbólicos e concretos e, talvez, ao longo dos primeiros anos de funcionamento, a EACH tenha lidado muito pouco com estes conflitos ao não se perguntar sobre como dialogar com a comunidade e ser parceira dela, ao mesmo tempo em que realiza a missão acadêmica (ensino, pesquisa, extensão) que não prevê o lado assistencial e assistencialista que muitas vezes se revela quando de um primeiro contato com as demandas da população mais pobre. A resposta da EACH foi quase sempre imediata: realizar projetos de extensão que contribuam como paliativos para minimizar os efeitos destas desigualdades tão visíveis.

Contudo, pensar a relação da EACH com seu entorno implica pensar a existência mesma deste conflito e refletir sobre o que a USP representa e pode representar para os moradores pobres de seu entorno e somente a partir disso indicar uma forma de extensão universitária que possa ser realizada

na ZL. Talvez este seja o grande desafio que tenhamos que enfrentar na EACH na área da cultura e extensão universitária.

Na página da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária é possível ler que:

Na ausência de uma herança cultural coletivamente compartilhada, não há como preservar uma cultura pública, tampouco construir uma nação desenvolvida e socialmente mais equitativa, tornando centrais instituições portadoras de tais virtudes. A USP ocupa um lugar privilegiado nesse contexto, pois é capaz de oferecer os meios indispensáveis ao ingresso, circulação e difusão da cultura e da ciência, tanto no meio universitário, quanto externamente a ele. Dito de outro modo, o sentido da reflexão e da ação de uma instituição pública do porte da USP é oferecer alternativas à tendência hegemônica à mercantilização da cultura e de ser capaz de criar meios de acesso amplo à produção cultural. ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. Diretrizes da ação da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão [online]. Disponível em: <http://www.usp.br/prc/diretrizes.php>. Acesso em 31/3/2010.

Se esta é a meta da extensão universitária, como realizá-la em um cenário no qual a maioria da população é negra, pobre e migrante da região Nordeste do país, com traços

culturais que não são reconhecidos como tais dentro da USP e na qual, em função disso, automaticamente instaura-se uma série de dicotomias entre o entorno e a EACH?

Ao considerar as discussões sobre multiculturalismo, é possível perceber que a valorização da diversidade implica a possibilidade de incorporar novos elementos ao cânone, de alterá-lo e ampliá-lo, a partir das construções de novos paradigmas para o conhecimento. Nesse sentido, incorporar ao cânone conteúdos das diferentes culturas e questionar o caráter da produção do conhecimento desenvolvido a partir de um único padrão cultural seria o ponto de partida para um diálogo com um entorno marcado pela diversidade de culturas. Isso implicaria fazer com que o *modus vivendi* daqueles que habitam o entorno seja conhecido e respeitado dentro do espaço acadêmico ao mesmo tempo em que se oferece a eles (do entorno) a oportunidade de conhecer parte das características que marcam o fazer acadêmico. Também representaria construir bases para um diálogo com o “mundo externo” à EACH não alicerçado na ideia segundo a qual o entorno, por ser pobre, seria composto por um amontoado de ignorância e desconhecimento; e de que nós, os portadores dos saberes autorizados e das falas competentes, teríamos a solução para seus problemas mais urgentes. Este reconhecimento não se faz por meio da oferta de benesses à população e tampouco equivale a nos colocarmos a ser-

viço dela. Ao contrário, equivale a não reproduzir, dentro do próprio espaço acadêmico, o desprezo aos traços culturais derivados da história destes grupos sociais e das condições materiais com as quais eles foram confrontados.

Dito de outra forma, o diálogo proposto implica não compactuar com a construção de pensamento e de ideias que reproduzam a valorização daquilo que é atribuído à mente (o trabalho intelectual) contra a desvalorização daquilo que é associado ao corpo (o trabalho manual), e, ainda, a valorização de culturas consideradas superiores e que mais contribuiriam como patrimônios da humanidade *versus* culturas (ou subculturas) tomadas como inferiores e que não deveriam ser difundidas.

Ao realizar este diálogo com a comunidade, a EACH realizaria simultaneamente a aproximação com o entorno e o questionamento dos fundamentos utilizados para criticá-la, à medida que deslocaria o campo do debate para outro lugar. Não caberia mais discutir se a EACH formaria ou não formaria técnicos, mas desvelar o fato de que todo este debate é travado em um campo no qual se ensina e se divulga que o que é associado à corporeidade e à feminilidade é considerado inferior; e demonstrar, também, a ideologia associada a isso, reproduzida na própria USP e nos paradigmas daquilo que é conhecido como racionalidade instrumental. Desta forma, a EACH se faria inovadora ao demonstrar os



Professores e alunos da EACH reúnem-se com moradores do Jardim Keralux (2008)

parâmetros repressivos por meio dos quais tem sido avaliada, ao mesmo tempo em que identifica estes mesmos parâmetros no modo como a população de seu entorno tem sido enxergada ao longo dos tempos.

Que projetos de extensão permitiriam esta crítica? Na EACH, temos uma gama de projetos que fazem com que esta unidade seja uma das mais ricas e produtivas na área da extensão universitária, considerando o seu tempo de existência. Caberia perguntar em que medida estes projetos são capazes de realizar a difusão das culturas e

das ciências que possam ser coletivamente compartilhadas de modo a contribuir para o reconhecimento daqueles que estão em seu entorno não como sujeitos carentes de assistência (o que, sabemos, muitas vezes eles demandam de nós), mas como sujeitos e cidadãos merecedores da estima social. Isso significaria não depreciar, nas construções do conhecimento que aqui fazemos, o valor social das formas de auto-realização que permitem aos sujeitos obter a estima social a partir da realização das habilidades adquiridas por eles ao longo de suas vidas. Isso implicaria o reconhecimento

Daniel Garcia



ção daquilo que os moradores do entorno podem oferecer para a universidade (não como objetos para nossas investigações, mas como sujeitos capazes de construir símbolos e valores que também mereciam nossa atenção). Essa aceitação e reconhecimento mútuo podem ser construídos a partir daquilo que a universidade tem como missão: a pesquisa e o ensino, que se revelariam no momento da extensão. A isso a USP e a EACH podem e devem dizer sim, porque isso significa conhecer o mundo e aqueles que nos cercam ao mesmo tempo em que nos oferecemos para sermos conhecidos e reconhecidos por eles. Desta relação “extensionista”, tanto o externo quanto o interno (ou seja, a comunidade e a EACH) sairiam transformados e alterados.

A questão é saber se o *homo academicus*, a universidade e a EACH terão condições e interesse em reconhecer este outro tão diverso dela; e se seriam efetivamente capazes de se relacionar com ele sem colocar em risco a sua própria essência, sem as hierarquias simbólicas pré-construídas. Se a resposta a esta pergunta for “sim”, então cabe estimular as ações “extensionistas” que promovam a interação entre a academia e o seu entorno na perspectiva da construção de um partilhamento das culturas ou de uma interculturalidade. Se a resposta a esta questão for “não”, então será preciso assumir que as ações “extensionistas” nada mais podem ser do que o momento em que se leva para fora aquilo que a universidade produz como verdade única sobre o mundo

externo a ela e ao qual ela, dialeticamente, nega.

3. Uma unidade sem departamentos é viável?

Um dos eixos inovadores do projeto USP Leste, gestado no início dos anos 2000, foi a proposta de criação de uma unidade acadêmica sem a divisão por departamentos, mandamento estatutário até então vigente. O ensaio geral da revisão crítica da estrutura departamental da USP já havia ocorrido nos anos 1980 (em diversas unidades e *campi*) e uma tentativa de ultrapassar as estruturas departamentais foi a criação dos Núcleos de Apoio (à pesquisa, ensino e extensão), com os quais se incentivava a associação em torno de núcleos temáticos entre docentes de uma ou de um conjunto de unidades, algumas vezes de outros *campi*, e subordinados às respectivas pró-reitorias.

Um entendimento possível dessa iniciativa foi a de que representava a superação dos limites rígidos dos departamentos, mesmo sua eventual abolição. A época não era das mais propícias para renovações estruturais profundas: vivíamos em uma academia marcada por cassações e perseguições políticas. Os Núcleos de Apoio respondiam a necessidades de renovação das próprias disciplinas, causa e justificava a existência dos departamentos. Traziam também um compromisso com a transitoriedade, por terem sua criação e permanência periodicamente avaliados pelos conselhos centrais, uma marca da cobrança de produtividade. Ora, os departamentos não acabaram, duas décadas depois da criação dos Núcleos.

e a aceitação solidária das habilidades e do estilo de vida que escolheram para si no que diz respeito à vivência daquilo que consideram como expressão de sua cultura. Isso não significa negar a eles o direito de conhecer algo diferente do que vivem — e a EACH também tem realizado, com bastante mérito, projetos de extensão que aproximam a população do entorno da ciência, do teatro, mostra de filmes, feiras de livros, visita a museus e palestras por meio das quais um outro universo cultural pode ser apreciado.

Mas, paralelamente, é preciso criar condições para a aceita-

“Ao se constituírem em únicas instâncias de decisão sobre os cursos, as CoCs assumiram, na EACH, vida e importância que nunca tiveram no Butantã. Essa vitalidade gera muitas vezes confusão de papéis, pois a ausência de departamentos abre espaço para abrigar decisões que transcendem os limites da graduação”

O projeto USP Leste resgatou o programa de “desdepartamentação”. Ao abrigar uma proposta de unidade marcada pela tendência contemporânea do compromisso com a interdisciplinaridade e sem departamentos, a Reitoria e o Conselho Universitário (CO) avançaram nessa direção. A exigência estatutária de organização por departamentos foi atenuada, passando a admitir a existência de unidades sem departamentos. A resolução 5.230 aprovada pelo CO em 16/8/2005 incluiu a expressão “a seu critério”, ficando assim a redação atual: “Artigo 5º - As Unidades, que compreendem Institutos, Faculdades e Escolas, todas de igual hierarquia e organizadas em função de seus objetivos específicos, são órgãos setoriais que podem, *a seu critério*, subdividir-se em Departamentos.” Essa medida alimentou os temores daqueles que viam na nova unidade um ataque à academia, tanto pela sua gênese no Palácio dos Bandeirantes, como pela sua implantação em uma região populosa da ZL da cidade de São Paulo, densa em votos e pobre em serviços públicos. A rapidez com que foi aprovada a proposta e construída a nova unidade, entre 2002

e 2005, amplificou essas críticas. Alguns de seus dez cursos se constituíam em novidades, inéditas na USP e no país; outros receberam roupagens novas; mas todos continuam compromissos explícitos com a busca da interdisciplinaridade. O que se impôs então aos docentes e funcionários transferidos de outras unidades, e aos mais de cem docentes recém-contratados, foi o desafio de criar uma estrutura capaz de fazer funcionar adequadamente essa nova unidade, agora com o nome de Escola de Artes, Ciências e Humanidades.

A gestão dos dez cursos foi desde o início atribuída a estruturas já existentes nos regimentos da graduação: as Comissões Coordenadoras de Cursos (CoCs). Essa figura regimental estava esquecida, limitada que era pela autonomia dos departamentos e das unidades. Essas limitações têm sido particularmente sentidas nas chamadas unidades básicas do campus Butantã, como é o caso do Instituto de Ciências Biomédicas ou do Instituto de Matemática e Estatística, unidades que oferecem inúmeras disciplinas de graduação para cursos geridos por outras unidades, como a Faculdade de Medicina e a

Escola Politécnica. A participação das unidades “básicas” na gestão dos cursos, que deveria ser exercida nas CoCs, raras vezes se faz presente. Ao se constituírem em únicas instâncias de decisão sobre os cursos, as CoCs assumiram, na EACH, vida e importância que nunca tiveram no campus do Butantã. Essa vitalidade acaba muitas vezes se constituindo em confusão de papéis, pois embora o que caiba às CoCs seja a gestão dos cursos de graduação, a ausência de departamentos abre espaço para abrigar decisões que transcendem os limites do ensino de graduação.

Hoje a EACH funciona com três comissões estatutárias, a de Graduação, a de Cultura e Extensão e a de Pesquisa e Pós-Graduação. Esta última está presentemente sendo dividida em duas, dado o processo em curso de criação de programas de pós-graduação na unidade. De qualquer modo, três ou quatro, essas comissões, embora estejam subordinadas aos mesmos conselhos centrais das outras unidades uspianas, na realidade são fundamentalmente distintas. A distinção deriva da ausência dos departamentos e, assim, elas devem assumir a responsabilidade pela definição das estratégias de ensino, pesquisa e extensão da unidade. Na USP departamentalizada, as comissões estatutárias reúnem representantes dos departamentos e acabam tendo limitações quanto ao alcance de suas deliberações: muitas delas acabam apenas “carimbando” propostas que emergem ou submergem nos respectivos departamentos. Parece evidente que, nesse contexto, discussões sobre estratégias



Alunos da unidade se divertem no campus

acadêmicas tendem a se esvaziar e as rotinas burocráticas a assumir o vazio. O desinteresse pela participação nessas comissões é quase generalizado entre os docentes, e evidente no desencanto dos estudantes e, quando há, de funcionários.

A EACH, ao se propor romper esse paradigma, tem que imprimir um novo caráter às suas comissões estatutárias. Seja pela ausência dos departamentos, seja pelas inovações a que se propõe, as reflexões sobre a natureza e o papel das atividades acadêmicas vêm aparecendo mais ou menos espon-

taneamente na nossa unidade. Às vezes na lista de discussão pela internet, às vezes nas comissões, muitas vezes nas CoCs, explodem dúvidas sobre os modos de conduzir a vida acadêmica. Entendidas em seu conjunto, essas discussões reafirmam a necessidade de criarmos e fortalecermos estruturas capazes de conciliar as motivações e incentivar a participação da comunidade em seus três segmentos. Hoje na EACH a participação de funcionários nas comissões estatutárias não existe, a participação dos estudantes tem sido

tímida e por parte dos docentes começamos a detectar desmotivação. Esse caldo de cultura pode gerar distorções sérias, compondo um cenário no qual as CoCs virariam departamentos sem limites de atuação claramente definidos, associadas a comissões que recusam debates estratégicos. Essa história vem sendo contada no Brasil indefinidamente, e chama autoritarismos de todos os matizes.

Nota

1 Conforme argumentam Poupeau, F & Garcia, Sandrine. *Actes de la recherche en sciences sociales* 2003/4 (n. 149). 96 pag. Link: <<http://www.cairn.info/revue-actes-de-la-recherche-en-sciences-sociales-2003-4.htm>>